

O ocaso da sociedade do trabalho? reflexões sobre a crise do paradigma do trabalho nas sociedades capitalistas contemporâneas

Joana El-Jaick Andrade – USP

RESUMO

Um número crescente de teóricos busca, através de seus trabalhos e pesquisas, efetuar esforços para a realização de uma profunda revisão de modelos e paradigmas clássicos da sociologia. De acordo com grande parte destes estudiosos estaríamos vivenciando um novo período histórico no qual as sociedades industriais assumiriam um caráter totalmente diverso daquele consolidado ao longo do século XIX. As transformações substanciais experimentadas por estas sociedades engendrariam modificações quantitativas e qualitativas no mundo da produção e na relação estabelecida entre trabalho e sociedade. Destas mudanças estruturais derivaria a imperiosa necessidade de se repensar sociologicamente as categorias de “trabalhadores”, “modos de trabalhar” e “sociedade do trabalho”, e, assim, rejeitar o paradigma de trabalho, tal como este se apresenta na teoria marxista. Ao longo deste artigo tentaremos apresentar criticamente algumas das teses que proclamam a perda da centralidade do trabalho frente às transformações políticas e econômicas do mundo contemporâneo, questionando-nos acerca de sua validade.

Palavras-chave: Trabalho. Capitalismo industrial. Marxismo.

ABSTRACT

An increasing number of theorists seek, through their studies and researches, to concentrate their efforts in the revision of the classical models and paradigms of sociology. According to great part of these intellectuals we would be facing a new historical period in which the industrial societies would develop a totally different character from the one expressed during the nineteenth century. The substantial transformations experienced by these societies would create quantitative and qualitative changes in the sphere of production and in the relationship between labor and society. These structural changes would implicate in the necessity to rethink sociologically the categories of “workers”, “forms of labor” and “labor society”, and, in doing so, reject the paradigm of labor, as it appears in the Marxist theory. This article intends to critically present some of the theses that announce the lost of centrality of labor due to the political and economical transformations in the contemporary world, in order to evaluate their validity.

Keywords: Labor. Industrial capitalism. Marxism.

A CRISE DO PARADIGMA DO TRABALHO

Desde meados do século XX, um número crescente de teóricos busca, através de seus trabalhos e pesquisas, efetuar esforços para a realização de uma profunda revisão crítica de modelos e paradigmas clássicos da sociologia. Ao denunciarem o que consideram como uma “crise da explicação sociológica” visam tornar obsoletas noções como as de “sociedade”, “comunidade”, “capitalismo”, “divisão social do trabalho”, “consciência coletiva”, “classe social”, “consciência de classe”, “nação” e “revolução”, colocando em xeque as teorias sociais totalizantes e generalizantes que, segundo sua visão, não teriam correspondência com as novas realidades das sociedades industriais avançadas (IANNI, 1990).

De acordo com grande parte destes estudiosos estaríamos vivenciando um novo período histórico no qual as sociedades industriais assumiriam um caráter totalmente diverso daquele consolidado ao longo do século XIX. As transformações substanciais experimentadas por estas sociedades engendrariam modificações quantitativas e qualitativas no mundo da produção e na relação estabelecida entre trabalho e sociedade. Destas mudanças estruturais derivaria a imperiosa necessidade de se repensar sociologicamente as categorias de “trabalhadores”, “modos de trabalhar” e “sociedade do trabalho”, e, assim, rejeitar o paradigma de trabalho, tal como este se apresenta na teoria marxista¹.

Esta “implosão” da categoria trabalho, defendida por autores como Claus Offe, estaria baseada no fato de que o trabalho possuiria cada vez menos importância no cotidiano da vida social, seja no reconhecimento de interesses individuais e coletivos seja na configuração de estilos de vida (OFFE, 1989, p. 174). Neste aspecto, o trabalho teria deixado de ser a pedra de toque da teoria social, a categoria sociológica chave:

A pesquisa sociológica e do “mundo vivido” também representa um rompimento com a idéia de que a esfera do trabalho tem um poder relativamente privilegiado para determinar a consciência e a ação social. Até certo ponto, inclusive, é realizada a abordagem oposta, segundo a qual as experiências e os

1 De acordo com Bell (1976, p. 164), “o trabalho não é mais central nem possui o peso sociológico e cultural para polarizar outras questões [...]. Na economia a questão do trabalho permanece. Mas não na sociologia e na cultura. As mudanças subsumidas na sociedade pós-industrial podem representar uma metamorfose histórica na sociedade ocidental”.

conflitos engendrados pelo trabalho são vistos como conseqüências de interpretações adquiridas fora do trabalho (OFFE, 1989, p.172).

Como a esfera do trabalho e da produção estaria perdendo sua capacidade de influir sobre a estrutura e o desenvolvimento da sociedade em suas múltiplas dimensões, o trabalho e a posição ocupada pelos indivíduos no processo de produção não mais poderiam ser considerados como o princípio básico da organização social. Sendo assim, também a dinâmica e direcionamento do processo histórico não poderiam ser concebidos como decorrentes dos conflitos originados do modo de produção. A emergência de um novo paradigma de sociedade cuja organização, integração e reprodução não seriam mais pautadas pelo trabalho, portanto, acaba por mitigar, senão excluir, a importância das classes enquanto sujeitos históricos, alocando sua atividade política no mesmo patamar de outros grupos sociais movidos por reivindicações relativas a questões de gênero, raça, etnia, nação, meio ambiente, religião etc. Por conseguinte, o fim da “sociedade do trabalho” anunciaria igualmente o fim das classes sociais, ou ao menos o fim da luta de classes como “motor da história”.

A perda da relevância objetiva e subjetiva do trabalho, contudo, foi refutada por diversos autores contemporâneos tributários da tradição marxista² que alegam que a defesa de tais argumentos implicaria a adesão a uma certa concepção ideológica, não sendo esta uma análise social despida de juízos de valor. Como elucidou Ianni, tanto a rejeição quanto a adesão a novos e antigos paradigmas não podem ser efetuadas sem a interferência de uma determinada orientação teórica e de uma particular visão de mundo:

Note-se que a noção de paradigma compreende uma teoria básica, uma fórmula epistemológica geral, um modo coerente de interpretar ou um princípio explicativo fundamental. Envolve requisitos epistemológicos e ontológicos, caracterizando uma perspectiva interpretativa, explicativa ou compreensiva, articulada, internamente consistente (IANNI, 1990, p.97).

2 Entre estes encontramos Antunes (2000a, 2000b); Bensaïd (1999); Beynon (1995); Boito Júnior (2002); Chauvel (2002); Lessa (2003) e Pereira (1998).

Neste sentido, a própria idéia de “ruptura com a ordem precedente”, utilizada para interpretar os novos fenômenos do capitalismo contemporâneo (que nada mais são do que desdobramentos históricos desta formação social e de sua lógica imanente – a lógica do capital), pretende sugerir a superação das contradições do sistema e sua evolução para uma forma aperfeiçoada de sociedade, seja ela uma “sociedade de serviços”, uma “sociedade pós-industrial”, ou uma “sociedade pós-capitalista”.

Ao longo deste artigo tentaremos apresentar criticamente algumas das teses que proclamam a perda da centralidade do trabalho frente às transformações políticas e econômicas do mundo contemporâneo, buscando compreender as mudanças sociais à luz do processo histórico em que estão inseridas. Trata-se de considerar a dinâmica e a mutabilidade do social sem com isto desmerecer a importância dos elementos passados que ainda permanecem vivos e atuantes no presente. Assim como nos mostra Ianni (1990), este contraponto entre passado e presente é fundamental para explicar ou compreender a realidade em constante transformação. Para Ianni (1990), o fato de a sociedade burguesa, industrial, capitalista, moderna ou informática, modificar-se ao longo do tempo não impede que algumas de suas características essenciais ainda encontrem-se presentes. Apesar de o mundo moderno não ser o mesmo nos séculos XIX e XX, tendo os meios de comunicação, em sentido amplo, revolucionado as condições de produção, distribuição, troca e consumo, muita coisa subsiste, ainda que necessariamente recriada.

Em essência, a sociedade moderna, burguesa, informática baseia-se em alguns princípios que se reiteram ao longo da história. Nem a ciência nem a técnica, ou informática, alteraram a **natureza essencial das relações, processos e estruturas de apropriação ou distribuição, de dominação ou poder**. No limiar do século XXI, guardam-se aspectos essenciais ao século XIX: liberdade e igualdade, trabalho e alienação, sofrimento e resignação, ideologia e utopia (IANNI, 1990, p. 94, grifo nosso).

A “SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL” E AS MUDANÇAS NA ESFERA DO TRABALHO

O século XX testemunhou, indubitavelmente, um extraordinário avanço tecnológico e científico, principalmente a partir do final da Segunda Guerra Mundial. O desenvolvimento das forças produtivas e das tecnologias de informação, comunicação e transportes, fomentado tanto pelo Estado quanto por iniciativas privadas, propiciaram a reestruturação industrial e a reorganização do sistema produtivo

mundial. Deste modo, o progresso científico incorporado pela empresa capitalista modificou os padrões fordistas e incrementou ainda mais o volume e ritmo da produção através da crescente utilização da automação, da robótica e da microeletrônica.

Conforme Marx havia previsto, a progressiva automação do processo produtivo – que representa a forma mais desenvolvida da produção mecanizada – desencadeou uma série de reestruturações no ambiente industrial, de maneira que a máquina passou a executar todos os movimentos necessários ao processamento da matéria-prima sem contar com qualquer ajuda humana, exceto para efetuar-lhe reparos e aperfeiçoamentos (MARX, 1988b, p. 12). Desta forma, o homem faria o produto de seu trabalho anterior, já objetivado, atuar “gratuitamente em larga escala como uma força da natureza”³ (MARX, 1988b, p. 16).

Este emprego extensivo de maquinaria pelo capitalista deve-se ao fato de que, segundo Marx, na grande indústria a acumulação realizar-se-ia através da alteração qualitativa da composição orgânica do capital, graças ao acréscimo permanente de seu componente constante (máquinas) às custas do variável (força de trabalho). Contudo, esta modificação da proporção entre a parte constante e a parte variável do capital, expressa na “lei do decréscimo progressivo da grandeza relativa do capital variável” (MARX, 1988b, p. 191), levaria a um grande e incontornável impasse: na medida em que a máquina nunca agrega mais valor do que em média perde por seu desgaste – sendo a mais-valia, portanto, originada da parte variável do capital⁴ –, o deslocamento de trabalhadores pela maquinaria tornaria essencial o prolongamento da jornada ou a intensificação sistemática do trabalho dos ainda empregados:

Há, portanto, na aplicação da maquinaria à produção de mais-valia, uma **contradição imanente**, já que dos dois fatores da mais-valia que um capital de dada grandeza fornece ela só aumenta um, a taxa de mais-valia, porque reduz o outro, o número de trabalhadores. Essa contradição imanente se evidencia

- 3 A equiparação da apropriação das descobertas científicas com a apropriação dos recursos naturais efetuada pelo capitalismo foi igualmente realizada em uma nota de pé de página de *O Capital*: “A ciência não custa absolutamente ‘nada’ ao capitalista, o que não o impede nem um pouco de explorá-la. A ciência ‘alheia’ é incorporada ao capital como trabalho alheio. Apropriação ‘capitalista’ e apropriação ‘pessoal’, seja da ciência, seja da riqueza material, são coisas total e completamente díspares” (MARX, 1988b, p. 15).
- 4 “a massa da mais-valia é determinada por dois fatores, a taxa de mais-valia e o número de trabalhadores simultaneamente ocupados” (MARX, 1988b, p. 29).

assim que, com a generalização da maquinaria em um ramo da indústria, o valor da mercadoria produzida mecanicamente se torna o valor social que regula todas as mercadorias da mesma espécie, e é essa contradição que, por sua vez, impele o capital, sem que tenha consciência disso, ao **prolongamento mais violento da jornada de trabalho**, para compensar a redução do número relativo de trabalhadores explorados por meio do aumento do mais-trabalho não só relativo, mas também absoluto (MARX, 1988b, p. 29, grifo nosso).

Marx nos ensina, portanto, que o progressivo desenvolvimento das forças produtivas no modo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que atende coerente e inequivocamente aos desígnios de sua lógica acumulativa, seria responsável pela destruição deste mesmo sistema, pois dispensaria a sua própria fonte de mais-valia: a força de trabalho. Esta contradição, agravada e intensificada no regime de automação, seria a chave para a dissolução do sistema capitalista⁵, provocando o colapso do sistema produtor de mercadorias fundado no valor-trabalho⁶ e abrindo a perspectiva de instauração de um novo modo de produção.

A desconsideração desta contradição básica levou autores como Habermas (1987) e Offe (1989) a declararem superada a análise marxiana da sociedade industrial avançada. Para tais autores, o fato de o trabalho vivo produtivo, industrial, se encontrar em declínio seria sinal de que o trabalho excedente (sobretalho) da massa operária teria deixado de ser a condição para o desenvolvimento da riqueza social. Com efeito, a ciência ocuparia o lugar privilegiado de “força produtiva por excelência”, estando a evolução do sistema social agora vinculada à lógica do progresso técnico-científico (HABERMAS, 1987, p. 73). Assim, contrariamente ao que Marx havia determinado, o tempo de trabalho socialmente necessário não mais seria considerado a medida objetiva do valor:

Com a investigação industrial de grande estilo, a ciência, a técnica e a revalorização do capital confluem num único sistema. [...] Desse modo, a **ciência e**

5 “O desenvolvimento das contradições de uma forma histórica de produção é, no entanto, o único caminho histórico de sua dissolução e estruturação de uma nova” (MARX, 1988b, p. 88).

6 A determinação do valor está atrelada ao tempo de trabalho (abstrato) socialmente necessário para produzir determinada mercadoria.

a técnica transformaram-se na primeira força produtiva e caem assim as condições de aplicação da **teoria marxiana do valor-trabalho**. Já não tem mais sentido computar os contributos ao capital para investimentos na investigação e no desenvolvimento sobre a base do valor da força de trabalho não qualificada (simples), se **o progresso técnico e científico se tornou uma fonte independente de mais-valia** frente à fonte de mais-valia que é a única tomada em consideração por Marx: a força de trabalho dos produtores imediatos tem cada vez menos importância (HABERMAS, 1987, p. 72-73, grifo nosso).

A rejeição da teoria do valor-trabalho pelos teóricos que afirmam a não-centralidade do trabalho nas sociedades desenvolvidas surge, portanto, como decorrência direta da constatação de que a substituição do trabalho vivo pelo morto (objetivado) ocasionou a retração do número de empregos no sistema fabril e, por consequência, a expansão em setores não-produtivos. A liberação do trabalho manual industrial e a tendência à transformação do trabalhador de apêndice da máquina a supervisor e regulador do processo produtivo, já apontada por Marx no *Capital*, reveste-se então de uma nova coloração consideravelmente mais otimista.

Marx enxerga neste processo um caráter brutal, segundo o qual a máquina se torna concorrente do próprio trabalhador⁷, extinguindo, juntamente com o valor de uso, o valor de troca da força de trabalho, tornando assim o trabalhador invendável⁸. Desta forma, ao mesmo tempo em que a diferença entre o número de trabalhadores manuais (soldados rasos da indústria) e o de supervisores do trabalho (subo-

7 “É um fato indubitável que a maquinaria não é, em si, responsável pela ‘liberação’ de mão dos operários dos meios de subsistência. Ela barateia o produto e aumenta sua quantidade no ramo de que se apodera e deixa inalteradas as massas de meios de subsistência produzidos em outros ramos industriais. [...] **As contradições e os antagonismos inseparáveis da utilização capitalista da maquinaria não existem porque decorrem da própria maquinaria, mas de sua utilização capitalista!** Já que, portanto, considerada em si, a maquinaria encurta o tempo de trabalho, enquanto utilizada como capital aumenta a jornada de trabalho; em si, facilita o trabalho, utilizada como capital aumenta sua intensidade; em si, é uma vitória do homem sobre a força da Natureza, utilizada como capital submete o homem por meio da força da Natureza; em si, aumenta a riqueza do produtor, utilizada como capital o pauperiza etc.” (MARX, 1988b, p. 54-55).

8 “Com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população produz, portanto, em volume crescente, os meios de sua própria redundância relativa” (MARX, 1988b, p. 191, grifo nosso).

ficiais da indústria) torna-se cada vez menor, aumenta-se a massa de população supérflua, abarrotam-se o mercado de trabalho e reduz-se o preço da força de trabalho abaixo de seu valor.

Esta população trabalhadora excedente seria redistribuída e absorvida em ramos de trabalho freqüentemente menos qualificados e sub-remunerados⁹, pois, atrofiada pela divisão do trabalho, teria tão pouco valor fora de seu velho círculo de atividade que só conseguiria acesso a alguns poucos ramos inferiores de trabalho (MARX, 1988b, p. 54). De acordo com Marx, a natureza da grande indústria condicionaria a variação do trabalho e a fluidez da função do trabalhador (MARX, 1988b, p. 87) através da eliminação de sua tranqüilidade, solidez e segurança. A ameaça constante de arrancar-lhe das mãos seu meio de trabalho e torná-lo supérfluo (MARX, 1988b, p. 87) tornaria a polivalência dos trabalhadores uma característica crucial para a sua subsistência:

[a grande indústria] torna uma questão de vida ou morte substituir a monstruosidade de uma miserável população trabalhadora em disponibilidade, mantida em reserva para as mutáveis necessidades da exploração do capital, pela **disponibilidade absoluta do homem para as exigências variáveis do trabalho**; o indivíduo-fragmento, o mero portador de uma função social de detalhe, pelo **indivíduo totalmente desenvolvido**, para o qual diferentes funções sociais são modos de atividade que se alternam (MARX, 1988b, p. 88, grifo nosso).

A polivalência e flexibilidade exigidas dos trabalhadores, no entanto, é hoje concebida como algo extremamente positivo pelos teóricos críticos da “sociedade do trabalho”. A capacidade de adaptação do trabalhador a trabalhos variados, sua multifuncionalidade, sua iniciativa e desembaraço frente a situações imprevistas, sua criatividade e rapidez de raciocínio, além de sua resistência emocional – requisitos bastante valorizados no mercado de trabalho – são vistos pelos arautos da “sociedade pós-industrial”

9 “A força produtiva extraordinariamente elevada nas esferas da grande indústria, acompanhada como é por exploração da força de trabalho ampliada intensiva e extensivamente em todas as demais esferas da produção, permite ocupar de **forma improdutivo** uma parte cada vez maior da classe trabalhadora e assim reproduzir maciçamente os antigos escravos domésticos sob o nome de ‘**classe servicial**’, como criados, empregadas, lacaios etc.” (MARX, 1988b, p. 57).

como indicadores de que o trabalho tem se tornado cada vez mais reflexivo, intelectual e autônomo, demandando inclusive um nível educacional mais elevado¹⁰.

De tarefa estafante, repetitiva e monótona, o trabalho transformar-se-ia em atividade cognitiva, sendo classificado como um “trabalho imaterial” – “conjunto das atividades intelectuais, comunicativas, afetivas, expressas pelos sujeitos e pelos movimentos sociais” (NEGRI, 2003, p. 92). A categoria clássica do trabalho, portanto, seria absolutamente insuficiente para dar conta deste novo tipo de trabalho (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 30).

Segundo esta visão, o progresso na automação além de eliminar os postos de trabalho mais penosos e cansativos, conferindo significado e sentido às funções desempenhadas pelos trabalhadores, ofereceria ainda a perspectiva de libertação do homem da escravidão do trabalho, com a redução nas horas de trabalho e o aumento no total do tempo de ócio. Logo, a extensão do tempo de lazer para o aprimoramento material e espiritual dos homens e a possibilidade de uma vida “centrada no lar” seriam aspectos libertadores proporcionados pela ciência e pela tecnologia.

Esta concepção afasta assim as considerações de Marx a respeito da repercussão dos avanços científicos no contexto de uma sociedade regida pela lógica do capital:

Enquanto o trabalho em máquinas agride o sistema nervoso ao máximo, ele reprime o jogo polivalente dos músculos e confisca toda a livre atividade corpórea e espiritual. Mesmo a facilitação do trabalho torna-se um meio de tortura, já que **a máquina não livra o trabalhador do trabalho**, mas seu trabalho de conteúdo. **Toda produção capitalista, à medida que ela não é apenas processo de trabalho**, mas ao mesmo tempo **processo de valorização do capital**, tem em comum o fato de que não é o trabalhador quem usa as condições de trabalho, mas, que, pelo contrário, são as condições de traba-

10 Negri (2003), por exemplo, enxerga na capacidade do operário de trabalhar em qualquer lugar e de aplicar-se à generalidade das atividades laborais uma evolução positiva: “Capacidade passiva, certamente, mas que leva consigo uma abstração positiva e a formação de um **novo grau de potência**. A possibilidade de passar de um setor a outro de produção, a nova mobilidade, começou a configurar-se como um modo de conceber a vida e, por vezes, de gozar e de construir novos espaços e novas temporalidades do trabalho” (NEGRI, 2003, p. 110, grifo nosso).

lho que usam o trabalhador: só, porém, com a maquinaria é que essa inversão ganha realidade tecnicamente palpável (MARX, 1988b, p. 41, grifo nosso).

Para os teóricos da “sociedade do conhecimento”, o trabalho imaterial não se reproduziria (e não reproduziria a sociedade) na forma de exploração, mas na forma de “reprodução da subjetividade” (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 30). Sendo uma atividade relativamente independente da organização capitalista da produção, o trabalho imaterial produziria uma subjetividade autônoma e cooperativa:

A autonomia do trabalho pós-fordista não é apenas intensificação da exploração, mas antes de tudo uma **intensificação dos níveis de cooperação, do saber e de comunidade que esvazia e deslegitima as funções de comando do empreendedor e do Estado**. E é esta última dimensão de comando que qualifica a exploração, não o inverso (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 95).

Desta maneira, a época em que o controle de todos os elementos da produção dependia da vontade e da capacidade do capitalista estaria superada. Ao dono do capital, destarte, não restaria senão a possibilidade de gerir e regular a atividade do trabalho imaterial (não a produção) e de criar os dispositivos de controle e de criação do público/consumidor através do controle da tecnologia da comunicação e da informação e dos seus processos organizativos (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 31, 52).

Seguindo argumento similar, Rifkin (2001) propôs que estaríamos vivenciando um período de transição de uma “era industrial” para uma “era do acesso”, caracterizada pelo fim da propriedade como um conceito definidor da vida social¹¹. Por incrível que possa parecer, o autor vislumbra o aparecimento de uma sociedade dividida predominantemente em servidores e clientes, na qual o capital intelectual – conceitos, idéias e imagens – seria a força propulsora, o verdadeiro item de valor, da nova economia. A decadência do trabalho material seria, então, evidente:

11 “A propriedade continuará a existir, mas com uma probabilidade cada vez menor de ser trocada em mercados. Em vez disso, os fornecedores detêm a propriedade na nova economia e fazem leasing, alugam ou cobram uma taxa pela admissão, pela assinatura ou pela associação a curto prazo. A troca de bens entre vendedores e compradores – o aspecto mais importante do sistema de mercado moderno – dá lugar ao acesso a curto prazo entre servidores e clientes que operam em rede. Os mercados permanecem, mas desempenham um papel cada vez menor nos negócios humanos” (RIFKIN, 2001, p. 4).

Na Era industrial, a mão-de-obra estava engajada na produção de bens e no desempenho de serviços básicos. Na Era do Acesso, as máquinas inteligentes – na forma de software (ser humano) – substituem cada vez mais a mão-de-obra na agricultura, na manufatura e nos setores de serviços. Fazendas, fábricas e muitas indústrias de serviços estão se tornando **rapidamente automatizadas**. Cada vez mais, a mão de obra física e mental, de tarefas repetitivas desinteressantes para o trabalho conceitual altamente profissional, será substituída por **máquinas inteligentes no século XXI**. [...] Em meados do século XXI, a esfera comercial terá os recursos tecnológicos e a capacidade organizacional para fornecer bens e serviços básicos para uma população humana em expansão, usando uma fração da força de trabalho atualmente empregada (RIFKIN, 2001, p. 7).

Este mundo estruturado em torno de relações de acesso produziria um tipo bem diferente de ser humano conduzido não pela “ética do trabalho”, mas pela “ética da diversão”. Em oposição ao trabalho, que teria importância irrisória na formação da subjetividade, as esferas do lazer e da cultura ganhariam cada vez maior destaque e projeção na configuração do mundo social. Deste modo, Rifkin não apenas menospreza a influência exercida pela esfera da produção de bens sobre os indivíduos, concentrando-se somente na esfera do consumo (na forma de “consumo de experiências”) e do fornecimento de serviços, mas também converte os conflitos sociais em disputas comerciais no âmbito de um mercado global¹².

A idéia de que seria possível a dissipação do antagonismo na relação entre capital e trabalho¹³, e o fim da subordinação deste ao capital, no interior do próprio sistema capitalista, defendida tanto por

12 Sua única menção à persistência e desenvolvimento das desigualdades de acesso não é problematizada ao longo de sua obra: “Embora 1/5 da população mundial esteja migrando para o ciberespaço e para relações de acesso, o resto da humanidade ainda é vítima no mundo da escassez física. Para os pobres, a vida permanece uma luta diária pela sobrevivência, e ter posses é uma preocupação imediata – e, para alguns, apenas uma meta distante. [...] a defasagem entre os que têm posses e os que não têm é enorme, mas a defasagem entre os conectados e os desconectados é ainda maior. O mundo está rapidamente se desenvolvendo em **duas civilizações distintas – aqueles que vivem dentro de portões eletrônicos do ciberespaço e aqueles que vivem do lado de fora deles**” (RIFKIN, 2001, p. 11, grifo nosso).

13 “A constituição antagonista, portanto, não se determina mais a partir dos dados da relação capitalista, mas da ruptura com ela; não a partir do trabalho assalariado, mas da sua dissolução; não sob a base das figuras do trabalho, mas daquelas do não-trabalho” (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 36).

Lazzarato e Negri quanto por Rifkin nos fins do século passado, já havia sido explorada por Drucker (2002) na década de 60. Sua concepção de uma “sociedade pós-capitalista” dividida entre trabalhadores em serviços e “trabalhadores do conhecimento” – categoria que inclui executivos que sabem como alocar conhecimento para usos produtivos, “profissionais do conhecimento”, e “empregados do conhecimento” –, substitui a luta de classes pelo conflito de “valores e percepções estéticas” entre intelectuais (preocupados com palavras e idéias) e gerentes (preocupados com pessoas e trabalho).

Esta tendência de expansão e complexificação¹⁴ das classes médias na sociedade americana, por sua vez, foi detectada e descrita pela primeira vez no início dos anos 50, por Mills (1976). De acordo com este autor, os empregados que compõe a “nova classe média” não formariam uma única camada social compacta. Enquanto a “antiga classe média” teria sido composta por agricultores, homens de negócios e profissionais liberais independentes, a “nova classe média” seria integrada basicamente por gerentes, profissionais liberais assalariados, vendedores e empregados de escritório¹⁵. Estas ocupações, no entanto, variariam de acordo com as exigências de qualificação, a ampliação e intensificação das operações mercantis, e as mudanças ocorridas na divisão do trabalho (MILLS, 1976, p. 90).

À medida que ocorre a expansão do setor distributivo, devido ao aprimoramento dos meios de transporte, comunicação e comércio, o número de intermediários responsáveis pelo transporte, armazenamento, financiamento, promoção e venda de mercadorias sofre um considerável aumento. Simultaneamente, a ampliação de empresas e organizações públicas e privadas requer pessoal para coordenação, administração e registro. Assim, cresce a demanda por profissionais que sejam “especialistas na arte de lidar com as pessoas de maneira transitória e impessoal”.

Estes profissionais, oriundos da “nova classe média”, operariam com símbolos e pessoas, em funções de coordenação, registro e distribuição, na qualidade de empregados dependentes, sendo suas habilidades algumas vezes semelhantes, quanto à forma e à mentalidade exigidas, às de muitos operários (MILLS, 1976, p. 95). Também do ponto de vista da renda a antiga classe média urbana estaria deixando de ser uma camada uniforme, para tornar-se um conjunto de grupos diferentes, com uma numerosa “lumpen-burguesia”, que recebe rendas baixas, e uma pequena e próspera burguesia de rendas elevadas (MILLS, 1976, p. 93).

14 “É impossível defini-los com precisão a partir de um critério isolado de estratificação, seja a especialização, função, classe, status ou poder” (MILLS, 1976, p. 95).

15 O total deste grupo chegaria a abarcar quase 56% da população americana em 1940 (MILLS, 1976, p. 85).

Não obstante sua proximidade com a classe operária, os “colarinhos-brancos” viveriam às custas da maquinaria social que coordena e organiza o trabalho daqueles que criam objetos, ajudando a transformar o produto do trabalho de alguém em lucros para outro, servindo como auxiliares da autoridade. Entretanto, para Mills (1976), no que diz respeito à propriedade dos meios de produção, os assalariados da “nova classe média” não estariam em posição intermediária entre o capital e o trabalho, partilhando exatamente da mesma situação de classe dos operários.

Convém ressaltarmos que atualmente estas camadas médias da sociedade que procuram ocupações nos setores de serviço e em postos gerenciais e administrativos enfrentam igualmente um crescente desemprego estrutural e a precarização das condições de trabalho. A desregulamentação das relações trabalhistas e a progressiva eliminação de garantias e direitos sociais pela política neoliberal fizeram proliferar formas de trabalho parcial, temporário, terceirizado, por tempo determinado e a domicílio, além de diferentes modos de inserção na informalidade:

A grande novidade é a presença entre esses novos personagens sem emprego no padrão clássico, de **trabalhadores qualificados, educados, ou profissionais de nível superior, pertencentes às classes médias, anteriormente resguardados das oscilações do mercado de trabalho**, tanto nos países centrais quanto nos periféricos. Hoje já está claro que novos modos de trabalhar e novos modos de viver não são mais excepcionais, findo o otimismo e as oportunidades da economia do pleno emprego e do Estado protetor dos anos 50. A grande novidade é que o **risco hoje não é mais “privilégio” da periferia**, mas unifica numa mesma espécie de *Risikogesellschaft*, uma sociedade de riscos, a maior parte da humanidade (PEREIRA, 1998, p. 124, grifo nosso).

Com isto, forma-se a mesma polarização assimétrica presente na indústria, verificando-se de um lado um pequeno núcleo de administradores e profissionais de nível superior, dotados de um conhecimento altamente especializado e incumbidos das tarefas mais criativas, importantes e valorizadas¹⁶,

16 “O setor terciário está claramente estratificado entre aqueles que têm acesso à autonomia, à perícia e à decisão e os outros. O serviço de massa racionalizado implica um trabalho que não se diferencia daquele da linha de produção de outrora. O empregado é freqüentemente um operário dos serviços” (CHAUVEL, 2002, p. 68).

que gozam de altos salários, estabilidade, e considerável grau de autonomia, e, de outro lado, uma massa de trabalhadores não-qualificados ou semi-qualificados, dotados de competências e habilidades gerais, submetidos a tarefas fragmentadas e padronizadas, mal-remunerados e vulneráveis às oscilações do mercado de trabalho.

Desta forma, os empregos gerados com as novas tecnologias da informação nos setores de serviços, administração e planejamento também estariam sujeitos a um processo de “taylorização” (PEREIRA, 1998), na medida em que se produziria a desqualificação e rotinização do trabalho e a homogeneização da mão de obra e do consumidor.

A utopia de uma “sociedade pós-industrial” – centrada única e exclusivamente no trabalho cognitivo (imaterial), criativo, realizador e pleno de sentido –, cuja principal força produtiva seria o próprio conhecimento técnico-científico e cuja produção seria regulada na esfera pública¹⁷, não estando, destarte, a cargo do capitalista, não resiste a um exame mais aprofundado de seus fundamentos, acabando por desmoronar.

A tendência apontada por Marx e confirmada por autores contemporâneos como Wright Mills de expansão dos ramos não-industriais (causada pela expulsão de um volume considerável de mão-de-obra pela maquinaria) e de liberação de trabalhos mais árduos, penosos e insalubres não exclui, portanto, a exploração capitalista da força de trabalho e o fato de o trabalhador não ser possuidor de seu próprio trabalho¹⁸. A impossibilidade de se empreender um trabalho efetivamente independente e autônomo sob a égide do capitalismo, torna-se, então, clara e evidente¹⁹. Assim, como nos mostrou Marx, “o sistema

17 “A post-industrial society, as I pointed out earlier, is increasingly a communal society wherein public mechanisms rather than the market become the allocators of goods, and public choice, rather than individual demand, becomes the arbiter of services” (BELL, 1976, p. 159).

18 “O processo de trabalho, em seu decurso enquanto processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, mostra dois fenômenos peculiares. O **trabalhador trabalha para o capitalista a quem pertence seu trabalho**. O capitalista cuida de que o trabalho se realize em ordem e os meios de produção sejam empregados conforme seus fins, portanto, que não seja desperdiçada matéria-prima e que o instrumento do trabalho seja preservado, isto é, só seja destruído na medida em que seu uso no trabalho o exija. Segundo, porém: **o produto é propriedade do capitalista**, e não do produtor direto, do trabalhador” (MARX, 1988a, p. 154, grifo nosso).

19 “La distribución desigual del trabajo de la esfera económica y el desigual reparto del tiempo que libera la innovación técnica conducen así a que **unos puedan comprar un suplemento de tiempo libre a otros y que estos últimos no tengan más remedio que ponerse al servicio de los primeros**. Esta estratificación de la sociedad es distinta de la

de trabalho assalariado é um sistema de escravidão, uma escravidão que se torna mais dura à medida que se desenvolvem as forças sociais produtivas do trabalho, ainda que o operário esteja melhor ou pior remunerado” (MARX, 1989, p. 219).

O DECLÍNIO DA IMPORTÂNCIA SUBJETIVA DO TRABALHO

O crescimento dos quadros administrativos médios a partir da década de 50 e de variados postos de trabalho no terceiro setor, devido à introdução de novas tecnologias de comunicação e informação, tornou a classe trabalhadora ainda mais complexa e diversificada e contribuiu para instaurar um novo modelo de gestão do trabalho menos centralizado e hierarquizado. Todavia, tamanha heterogeneidade e descentralização ocasionaram a maior dispersão da classe trabalhadora, dificultando sobremaneira a fixação de identidades sociais e a organização de ações coletivas.

A complexidade da estrutura ocupacional e a indeterminação das posições de classe, juntamente com a dissolução dos laços de solidariedade e sociabilidade baseados no trabalho, contribuíram para o enfraquecimento das organizações sindicais. A redução da taxa de sindicalização e a pressão para que deixem de agir como organizações de classe e assumam o papel de empresas prestadoras de serviços, capazes de prover benefícios individuais a seus associados, seriam os mais nítidos sintomas da crise que se abateu sobre o movimento operário.

Diante deste problema, muito tem se discutido a respeito do declínio da influência do trabalho no estabelecimento de identidades e na determinação de interesses. Segundo os teóricos do fim da “sociedade do trabalho”, esta seria uma tendência irreversível ditada pela fragmentação das identidades individuais e pela descontinuidade da biografia profissional. Estando o trabalho cada vez menos presente na vida dos indivíduos, a pluralidade de referências valorativas socioculturais seria responsável

estratificación en clases. A diferencia de esta última, no refleja las leyes inmanentes al funcionamiento de un sistema económico cuyas exigencias impersonales se imponen a los gerentes del capital, a los administradores de las empresas tanto como a los asalariados; para una parte al menos de los prestatarios de servicios personales se trata esta vez de una sumisión y de una dependencia personal frente a quienes se hacen servir. **Renace una clase servil que la industrialización, después de la II Guerra Mundial, había abolido”** (GORZ, 1991, p. 17-18, grifo nosso).

pela formação de subjetividades múltiplas e complexas, menos solidamente fixadas na profissão e na classe.

De acordo com Laclau (1996), tornar-se-ia cada vez mais difícil identificar um grupo social com um sistema ordenado e coerente de “posições de sujeitos”. Sendo assim, as identidades resultariam de construções políticas complexas baseadas na totalidade das relações sociais, não decorrendo unilateralmente das relações de produção²⁰. Logo, as identidades seriam constituídas no âmbito de várias formações discursivas essencialmente instáveis, estando sujeitas a práticas articulatórias que as subvertem e transformam. Deste modo, possuiriam um elevado grau de abertura, fluidez e ambigüidade.

Os novos movimentos sociais, portanto, não se dispõem a abarcar todas as dimensões da vida social, formulando reivindicações pontuais, capazes de obter a adesão de grupos sociais diversos. Estas novas lutas, segundo Laclau, evidenciariam a crise de paradigmas enfrentada pelas Ciências Sociais, na medida em que tornariam a determinação dos agentes feita através de categorias pertencentes à estrutura social, a determinação do tipo de conflito em termos de um paradigma diacrônico-evolucionário, e a redução da pluralidade de espaços do conflito social a um espaço político unificado, elementos explicativos insuficientes e ultrapassados.

Estes novos movimentos sociais, na visão de Beck (1999), seriam resultado de processos de formação social de identidades em mundos da vida destradicionalizados e individualizados²¹, nos quais os seres humanos são liberados dos vínculos sociais característicos da sociedade industrial (profissão, classe e família). Para o autor, a liberação dos laços familiares, profissionais e de classe e o impulso à individualização produziram o fenômeno de um “capitalismo sem classes” – embora se mantenham constantes as relações de desigualdade – na medida em que as pessoas fazem de si mesmas o centro de seus projetos de vida e encaram os problemas do sistema como se fossem conseqüências de seu fracasso pessoal.

20 “As categorias de “classe trabalhadora”, “pequeno burguês”, etc., adquirem um significado cada vez mais reduzido como forma de entendimento da identidade global dos agentes sociais. O conceito de “lutas de classes”, por exemplo, não é correto nem incorreto – ele é, simplesmente, totalmente insuficiente para descrever os conflitos sociais contemporâneos” (LACLAU, 1996, p. 42).

21 “[...] los nuevos movimientos sociales (ecología, paz, mujeres) son, por una parte, expresión de las nuevas situaciones de peligro en la sociedad del riesgo y de las contradicciones entre los sexos; por otra parte, sus formas de politización y sus problemas de estabilidad son el resultado de procesos de la formación social de identidad en mundos de la vida destradicionalizados, individualizados” (BECK, 1999, p. 99).

Aliados à disseminação do individualismo e à desintegração dos vínculos sociais tradicionais, outros fatores são apontados para se explicar a diminuição da importância subjetiva do trabalho. Para Offe (1989), por exemplo, a erosão dos alicerces culturais e políticos da identidade coletiva centrada no trabalho²² seria igualmente causada pelo declínio da ética do trabalho e da racionalidade econômica. O trabalho como dever ético estaria em franca decomposição não somente devido à diminuição do tempo reservado ao trabalho, incluindo neste as fases em que o trabalhador se encontra desempregado²³, mas também pela degradação física e psicológica propiciada pelo trabalho. Simultaneamente, a racionalidade econômica aplicada à esfera do trabalho, orientada por critérios técnicos e estratégicos, estaria sendo sobrepujada por uma racionalidade norteada por critérios de valor substantivo, qualitativos e humanos, predominantes no setor de serviços (OFFE, 1989, p. 181). Desta maneira, não mais seria possível falar de um tipo de racionalidade basicamente unificado que organize e governe toda a esfera de trabalho (OFFE, 1989, p. 180).

Tal como Offe, Habermas realiza a distinção entre uma esfera de trabalho governada pela ação racional teleológica, ou seja, pela racionalidade instrumental, e uma esfera comunicacional (mundo vital sociocultural) de interações simbolicamente mediadas, orientadas por normas sociais que definem as expectativas recíprocas de comportamento. A tensão entre estas duas formas de racionalidade abriria espaço para novas formas de resistência e conflito²⁴ que seriam totalmente distintas do “velho

22 “Uma sociedade capitalista industrial altamente avançada, dirigida por um Estado do bem-estar altamente desenvolvido, tende evidentemente a excluir porções crescentes da força de trabalho social da participação na esfera do trabalho assalariado. E essa sociedade não tem à sua disposição os recursos culturais ou as sanções econômicas necessárias para estabilizar a **centralidade subjetiva da orientação para o trabalho**, empreendimento e salários através de normas culturais ou da compulsão silenciosa dos processos de mercado. O trabalho não só foi deslocado objetivamente de seu *status* de uma realidade de vida central e evidente por si própria [...], **o trabalho está perdendo também seu papel subjetivo de força estimulante central na atividade dos trabalhadores**” (OFFE, 1989, p. 194, grifo nosso).

23 Segundo Offe (1989), o aumento do desemprego estrutural levaria ao desenvolvimento de subculturas baseadas em uma economia informal ou paralela, hostis aos valores e regras legais da sociedade do trabalho, podendo transformar-se em uma cultura do desemprego subproletária, uma não-classe de não-trabalhadores.

24 “Uma nova zona de conflitos, em vez do virtualizado antagonismo de classes e prescindindo dos conflitos que as disparidades provocam nas margens do sistema, só pode surgir onde a sociedade tardo-capitalista tem de imunizar-se por meio da despolitização das massas da politização contra a impugnação da sua ideologia tecnocrática de fundo; justamente no sistema da opinião pública administrada pelos meios de comunicação” (HABERMAS, 1987, p. 89).

antagonismo de classes” (HABERMAS, 1987, p. 90). Contudo, para Habermas (1987), isto não significaria o cancelamento, mas apenas a latência das oposições de classe, já que continuariam a existir as diferenças específicas das classes na forma de tradições subculturais.

A extensão do campo da racionalidade econômica em direção às demais dimensões da vida social, também foi alvo das preocupações de Gorz (1991). Contudo, diferentemente de Offe, Gorz não considera a ampliação das espécies de serviço um desafio a este tipo de racionalidade, mas sim a imposição da lógica do mercado sobre relações e atividades anteriormente espontâneas e gratuitas²⁵. Gorz (1991) afirma, portanto, de forma mais crítica e realista, que, longe de apresentar um caráter autônomo e emancipado, o trabalho no setor de serviços representaria a radicalização da exploração capitalista, a constituição de uma “classe servil”.²⁶

Para André Gorz, a saída desta relação de exploração deve ser a substituição da “utopia do trabalho”, que aspira por um trabalho criativo e realizador, por uma “utopia do tempo livre”: “Para a massa de trabalhadores, a utopia diretriz já não é a do ‘poder dos trabalhadores’, mas a do poder deixar de funcionar como trabalhadores; coloca-se menos ênfase na liberação no trabalho e mais na **liberação do trabalho**, com a garantia do pleno salário” (GORZ, 1991, p. 84, grifo nosso).

Com efeito, Gorz deposita suas esperanças no potencial emancipador das massas excluídas do mercado de trabalho, não-submetidas à lógica do capital, para a implantação de uma sociedade livre do trabalho. Em “*Marx, o intempestivo*”, Bensaïd (1999, p. 273) tece contundentes críticas a esta pretensão, considerando-a nada mais do que uma “utopia morna”, “prosaicamente jurídica e estatal”, “refúgio de uma pequena burguesia assalariada e consumidora, colocada entre o martelo burocrático e a bigorna liberal”. Segundo Bensaïd, esta ideologia do não-trabalho deixaria uma série de questões não-respondidas, como por exemplo, “como imaginar a liberação no lazer quando o trabalho continua alienado

25 “Nos encontramos, pues, en un sistema social que no sabe ni distribuir, ni administrar, ni emplear el tiempo liberado; que se asusta de su crecimiento mientras que hace todo lo posible por aumentarlo; y que finalmente no le encuentra otro destino que el de procurar por todos los medios amonedarlo: es decir monetizar, transformar en empleos, integrar en la economía en forma de servicios mercantiles cada vez más especializados, incluso las actividades hasta ahora gratuitas y autónomas que podrían llenarlo de sentido” (GORZ, 1991, p. 19).

26 “[...] se trata de un trabajo de servidor, es decir, de un trabajo que los que se ganan bien la vida transfieren, en beneficio personal y sin aumento de productividad, a aquellas personas para las cuales no hay empleo en la economía” (GORZ, 1991, p. 18).

e alienante?” ou “como desenvolver uma cultura coletiva e criadora quando a própria esfera cultural acha-se cada vez mais submetida à esfera mercantil?”. Além disto, na concepção de Bensaïd (1999, p. 270),

Pretender que esse novo proletariado não-industrial ‘não encontra mais no trabalho social a fonte de seu poder possível’ é emprestar à marginalidade virtudes que ela não possui. [...] Definir esse novo proletariado como uma ‘não-força’ devotada a conquistar não ‘o poder’, corruptor por natureza, mas ‘espaços crescentes de autonomia’ é fazer de impotência virtude e buscar a superação de um produtivismo (certamente criticável) numa inquietante ‘subjetividade absoluta’.

Ao proclamar a necessidade da completa abolição do trabalho e de sua influência sobre a subjetividade, Gorz atribui ao trabalho, qualquer que seja a sua forma, um caráter negativo. Neste aspecto, contrapõe-se à utopia marxista de uma sociedade comunista na qual o trabalho torne-se fator de auto-satisfação e desenvolvimento das potencialidades humanas²⁷, e, em certo sentido, aproxima-se da concepção expressa por Engels em 1873, segundo a qual não se pode conceber uma forma de organização do trabalho que não envolva autoridade²⁸, pois “a ação coordenada e a complexidade dos processos, subordinados uns aos outros, desloca em toda a parte a ação independente dos indivíduos” (ENGELS, 1989, p. 185):

O mecanismo automático de uma grande fábrica é muito mais tirânico do que jamais foram os pequenos capitalistas que empregam operários. Na porta

27 “Na fase superior da sociedade comunista, quando houver desaparecido a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, o contraste entre o trabalho intelectual e o manual; quando o trabalho não for somente um **meio de vida**, mas a **primeira necessidade vital**; quando, com o desenvolvimento dos indivíduos em todos os seus aspectos, crescerem também as forças produtivas e jorrarem em caudais os mananciais da riqueza coletiva, só então será possível ultrapassar-se totalmente o estreito horizonte do direito burguês e a sociedade poderá inscrever em suas bandeiras: De cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades” (MARX, 1989b, p. 215, grifo nosso).

28 “O trabalho morto, o espírito coagulado, se interpõe entre o trabalhador e o produto e impede que o trabalho possa ser vivido como atividade, como ação soberana do homem sobre a matéria” (GORZ, 1991, p. 77).

dessas fábricas poder-se-ia escrever, ao menos do que se refere ao período de trabalho: *Lasciate ogni autonomia, voi che entrate!*²⁹ Se o homem, com a ciência e o gênio inventivo, submete as forças da natureza, estas se vingam dele submetendo-o, enquanto as emprega, a um **verdadeiro despotismo, independentemente de toda organização social. Querer abolir a autoridade na grande indústria é querer abolir a própria indústria**, é querer destruir as fábricas de fio a vapor para voltar à roca (ENGELS, 1989, p. 186, grifo nosso).

Conforme procuramos apresentar, grande parte das teorias que afirmam a caducidade da “sociedade do trabalho” com base na perda da importância subjetiva do trabalho enfatizam a incapacidade da categoria trabalho promover a integração, socialização e associação entre os indivíduos nas sociedades contemporâneas. A partir do momento em que os vínculos laborais deixam de ser considerados relevantes pelos indivíduos, sendo apenas mais um aspecto entre tantos outros que formam as suas subjetividades, novas questões relativas a forma de articulação das diferentes identidades sociais com vistas às composições de classe tendem a emergir.

A SOBREVIVÊNCIA DAS CLASSES SOCIAIS

Assim como ocorreu com o paradigma do trabalho, a noção de classes sociais foi submetida a severas críticas, tendo sido invalidada por grande parte dos teóricos sociais contemporâneos. A heterogeneidade do mundo do trabalho e o enfraquecimento das organizações de classe tradicionais viriam a reforçar as teses do “fim das classes sociais” e da perda de centralidade dos conflitos econômicos. Contudo, se há sessenta anos atrás proclamava-se a extinção das classes sociais com base na harmonização e suspensão dos conflitos entre capital e trabalho, devido às regulamentações efetuadas pelo Estado do Bem-Estar Social, hoje, a própria situação de caos social, desproteção e insegurança na esfera de trabalho constitui uma das razões apontadas para tal desaparecimento.

Não se nega, em regra, o fato de que tanto nos centros do capitalismo quanto na periferia verifique-se uma exorbitante desigualdade social, altos níveis de miséria e a pauperização dos trabalhadores;

29 “Aquele que aqui entrar, ponha de lado toda autonomia”.

no entanto, como a crise se fez acompanhar de um processo de fragmentação, dispersão e individualização dos trabalhadores, a avocação de identidades de classe foi colocada em dúvida³⁰. Nas palavras de Dahrendorf (1982, p. 61):

Se alguma vez existiram duas classes sociais grandes, homogêneas, polarizadas e identicamente situadas, hoje, certamente, elas deixaram de existir, de tal modo que uma teoria marxista sem modificações está destinada a fracassar na explicação da estrutura e dos conflitos das sociedades industriais avançadas.

A dificuldade de se ajustar a diversidade de ocupações e a complexidade das formas de trabalho a uma concepção estrutural rígida e fechada de classe ancorada exclusivamente nas relações de produção, evidenciou as limitações da idéia de classe como forma de estratificação. Neste sentido, o conceito de classes, tal como este foi desenvolvido por Thompson, como relação e processo, parece resgatar a dimensão histórica, ausente no modelo anterior.

O conceito de classe como relação e processo enfatiza que as relações objetivas com os meios de produção são significativas na medida em que estabelecem situações antagônicas que acabam por gerar experiências subjetivas de luta e conflito. Assim, é a experiência comum de resistência à exploração que reúne grupos heterogêneos em uma classe. As formações de classe e a descoberta da consciência de classe se desenvolvem, portanto, a partir do processo de luta, à medida que as pessoas “vivem” e “trabalham” suas situações de classe (WOOD, 2003, p. 76).

Com efeito, a grande diversidade no interior do mundo do trabalho, que engloba uma imensa gama de trabalhadores nos mais diferentes postos e regimes de trabalho, percebendo rendas variadas, não obstaculizaria a sua união em uma única classe social. Como Marcuse (1999) brilhantemente constatou no final da década de 60:

30 “O assalariamento está generalizado, como nunca esteve, em escala mundial e a exploração dos trabalhadores, segundo os indicadores mais confiáveis, recrudesciu. No entanto, o movimento operário independente não existe mais como fenômeno de massa e internacional. A luta de classes regrediu para níveis os mais baixos. A situação atual do capitalismo impõe, mais do que nunca, uma revisão na concepção economicista das classes sociais” (BOITO JR., 2003, p. 242).

Nós precisamos captar as tendências que o processo material de produção expõe aos nossos olhos, a saber, que cada vez mais empregados altamente qualificados, técnicos, especialistas, etc., ocupam uma posição decisiva no processo de produção material e, inclusive em termos marxistas, se convertem desta maneira em membros da classe trabalhadora industrial. No meu modo de ver há um **alargamento da base de massa potencial**, há uma nova classe trabalhadora industrial tradicional, o que **umenta o número dos explorados**. Essa ampliação para **uma grande base de massa, porém muito difusa e fragmentada**, modifica a relação entre os quadros de esquerda que militam politicamente e as massas. O que precisamos imaginar não é um movimento grande e centralizado, mas ações políticas regionais e locais contra abusos específicos (MARCUSE, 1999, p. 83-84, grifo nosso).

Marcuse além de nos chamar a atenção para a ampliação da classe trabalhadora industrial, que inclui os empregados altamente qualificados, mostra que ao invés de se tentar a todo custo conformar os trabalhadores às formas de organizações tradicionais, tratar-se-ia de inventar novas táticas e estratégias e criar formas de organização mais adequadas à classe trabalhadora em constante processo de transformação.

A nosso ver, estes esforços de ampliação da base da massa trabalhadora – defendidos recentemente por Antunes (2000a; 2000b) – são extremamente válidos. Diferentemente de Lessa (2003), que adota critérios ontológicos para distinguir entre operários (que produzem a riqueza social) e assalariados não-operários (que, tal como a burguesia, vivem da riqueza produzida pelos operários), acreditamos que não é possível extrair a partir da natureza do trabalho (se produtivo ou improdutivo) conclusões a respeito da consciência de classe³¹:

31 “São as diversas inserções dos indivíduos na estrutura produtiva de uma sociedade que diferenciam as classes entre si: é a função que exercem na reprodução social o fundamento material da distinção entre as classes” (LESSA, 2003, p. 268). “Se substituirmos esse critério ontológico do assalariamento, colocaremos-nos em uma posição teoricamente insustentável. Pois, das duas uma: 1) ou, sendo absolutamente coerentes, consideraremos como trabalhadores as personificações do capital que percebem elevados salários (executivos, gerentes, políticos, ideólogos da burguesia, etc.) pelo simples fato de serem assalariados; 2) ou, então, teremos de distinguir os salários dos trabalhadores daqueles

Na esfera política, o fato de os assalariados não-operários, ao mesmo tempo, serem explorados pela burguesia e se apropriarem indiretamente da riqueza produzida pelo trabalho, é o fundamento da ambigüidade que caracteriza a relação que mantém com os operários. Na condição de explorados pelo capital, tendem a aproximar-se dos operários na luta por uma repartição mais equânime da riqueza social; porém, quando a questão decisiva, a luta contra a propriedade privada, entra em cena, a tendência é serem polarizados em algum grau pela defesa da sociedade capitalista (LESSA, 2003, p. 266).

Ao adotar um “purismo” extremado, que o leva a vislumbrar apenas operários como sujeitos revolucionários – o que levaria à inviabilidade de qualquer movimento revolucionário – Lessa desconsidera a íntima relação existente entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo nas sociedades industriais avançadas:

[...] com o desenvolvimento da subsunção real do trabalho ao capital ou do modo de produção especificamente capitalista, **não é o operário industrial, mas uma crescente capacidade de trabalho socialmente combinada que se converte no agente real do processo de trabalho total**, e como as diversas capacidades de trabalho que cooperam e formam a máquina produtiva total participam de maneira muito diferente no processo imediato da formação de mercadorias, ou melhor, de produtos – este trabalha mais com as mãos, aquele trabalha mais com a cabeça, um como diretor (manager), engenheiro (engineer), técnico etc., outro, como capataz (overlooker), um outro como operário manual direto, ou inclusive como simples ajudante –, **temos que mais e mais funções da capacidade de trabalho se incluem no conceito imediato de trabalho produtivo, e seus agentes no conceito de trabalhadores produtivos, diretamente explorados pelo capital e subordinados em geral a seu processo de valorização e produção**. Se se considera o trabalhador coletivo, de que a oficina consiste, sua atividade combinada se realiza materialmente (materialiter) e de maneira direta num produto total que, ao mesmo tempo, é um volume total de mercadorias; é absolutamente indiferente que a função

outros salários que fazem de quem os recebem, burgueses (no sentido da personificação do capital)” (LESSA, 2003, p. 268).

de tal ou qual trabalhador – simples elo desse trabalho coletivo – esteja mais próxima ou mais distante do trabalho manual direto (MARX, 1978, apud ANTUNES, 2000a, p. 58, grifo nosso).

O fato de todas as categorias além da dos capitalistas e da pequena burguesia estarem separadas da posse dos meios de produção e forçadas a vender sua força de trabalho por um salário, as submetem a condições de exploração que potencialmente podem culminar em uma formação e consciência de classe. Conforme explicita Przeworski (1977, p. 24, grifo nosso),

Na análise de Marx, também o trabalho dos empregados no comércio, embora não crie mais-valia, permite ao comerciante capitalista apropriar-se da mais-valia sem pagar aos empregados o equivalente total do seu trabalho. Neste sentido, ambas as categorias – **a reprodutiva e a de serviços** – embora vivendo à custa do excedente produzido pelos trabalhadores, estão **separadas dos meios de produção, forçadas a vender sua força de trabalho e, neste sentido particular, exploradas pelo capitalista**. Isto produz uma comunhão de interesses definida em termos de uma série de características secundária, principalmente de natureza distributiva, e leva à noção da massa trabalhadora, o equivalente moderno das *'classes labourieuses'*. Assim definida, a classe trabalhadora é suficientemente ampla para constituir a classe trabalhadora em maioria.

Ao longo deste trabalho procuramos apresentar alguns dos argumentos defendidos por teóricos que pregam o “fim da sociedade do trabalho”, e com ela o “fim das classes sociais” e o “fim da luta de classes”. Como procuramos mostrar, as transformações ocorridas na sociedade industrial capitalista não podem dar ensejo a uma sociedade livre do trabalho, pelo fato de que a própria sobrevivência do sistema capitalista depende da apropriação do sobretrabalho do trabalhador pelo capitalista. Desta forma, a exacerbação da lógica do capital, levada às suas últimas conseqüências, acarretaria uma grave crise sistêmica.

Do mesmo modo que o trabalho, a noção de classes sociais não estaria fadada à extinção, devendo ser ampliada para além da definição estruturalista que a vincula com posições predeterminadas no modo de produção, de forma a abranger toda a heterogeneidade presente na esfera do trabalho.

Finalmente, cabe ressaltar que as teorias que entrevêm o ingresso em uma nova sociedade, espiritualmente realizadora e materialmente afluyente, revestem-se de um claro caráter ideológico, devendo ser interpretadas criticamente à luz da realidade social efetivamente vivida. Este breve início de século pode desmentir uma série de previsões fantasiosas movidas por uma excitação intelectual orientada por uma ideologia do progresso que cultua cada inovação tecnológica como o sinal de novos tempos, e apresada em descartar conceitos e teorias desmistificadoras e críticas da ordem existente.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

BECK, U. **La sociedad del riesgo**: hacia una nueva modernidad. Barcelona: Paidós, 1999.

BELL, D. **The coming of post-industrial society**: a venture in social forecasting. New York: Harper Collins Publishers, 1976.

BENSAÏD, D. **Marx, o intempestivo**: grandezas e misérias de uma aventura crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BEYNON, H. A destruição da classe operária inglesa? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ANPOCS, ano 10, n. 27, 1995.

BOITO JR. A. Cena política e interesse de classe na sociedade capitalista. **Crítica Marxista**, São Paulo: Boitempo, n. 15, 2002.

_____. A (difícil) formação da classe operária. **Marxismo e Ciências Humanas**, São Paulo: Xamã, 2003.

CHAUVEL, L. Classes e gerações: a insuficiência das hipóteses da teoria do fim das classes sociais. **Crítica Marxista**, São Paulo: Boitempo, n. 15, 2002.

- DAHRENDORF, R. **As classes sociais e seus conflitos na sociedade industrial**. Brasília: UNB, 1982.
- DRUCKER, P. F. **Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- ENGELS, F. Sobre a autoridade. In: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-omega, 1989. v. 2.
- GORZ, A. **Metamorfosis del trabajo**: búsqueda del sentido. Madrid: Sistema, 1991.
- HABERMAS, J. **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa: Edições 70, 1987.
- IANNI, O. A crise de paradigmas na sociologia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ANPOCS, ano 5, n. 13, 1990.
- LACLAU, E. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ANPOCS, n. 2, v. 1, 1996.
- LAZZARATO, M; NEGRI, A. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LESSA, S. Trabalho, trabalho abstrato, trabalhadores e operários. **Marxismo e Ciências Humanas**, São Paulo: Xamã, 2003.
- MARCUSE, H. **A grande recusa hoje**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1988. t. 1, v. 1 (Coleção Os economistas).
- _____. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. 1, t. 2. (Coleção Os economistas).
- _____. Crítica ao Programa de Gotha. In: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-omega, 1989. v. 2.
- MILLS, W. **A nova classe média**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- NEGRI, A. **Cinco lições sobre Império**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- OFFE, C. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PEREIRA, V. M. C. Trabalho e trabalhadores numa sociedade sem empregos. **Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro: IEC, ano 3, n. 4, 1998.

PRZEWORSKI, A. O processo de formação das classes. **Revista Dados**, Rio de Janeiro: IUPERJ, n.16, 1977.

RIFKIN, J. **A era do acesso**. São Paulo: Pearson Education, 2001.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Tradicón, revuelta y conciencia de clase**. Barcelona: Crítica, 1979.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.